

## Um Estudo de Política de Língua no Ciberespaço: Abordagens para significar e ensinar línguas

Julio Cesar Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** É inegável que o ciberespaço é quase que uma dimensão obrigatória para a prática e ensino de qualquer língua na modernidade. Propomos uma investigação do funcionamento das línguas na fronteira entre o real e o virtual (dimensão biológica e dimensão ciberespacial). Compõem nossa pesquisa as indagações no interior da tensão: normatividade (própria das línguas “orais”) e anormatividade (própria das línguas “digitais”), tais como: como as línguas são distribuídas nesses dois espaços? E como se forma um falante ciberespacial, enquanto enunciação desses dois espaços inseparáveis em que convive (nossa proposta é de um enunciador-flutuante, advindo de dois lugares de dizer simultâneos)? Pelo modo de raciocínio aqui proposto, queremos propor e sustentar a hipótese incontornável de uma predisposição de dupla distribuição linguística na modernidade: a linguagem oral e a linguagem manual.

**Palavras-chave:** ciberespaço, política de língua, ensino de línguas, enunciação.

**Abstract:** Abstract: It is undeniable that cyberspace is an almost obligatory dimension to the practice and teaching of any language in modern times. We propose an investigation of the languages functioning on the border between reality and virtuality (the biological dimension and cyberspace dimension). Our research questions are composed within the tension: normativeness (belonging to “oral” language) and non-normativeness (belonging to “digital” language), such as: how are languages distributed in these two spaces? And how is a cyberspace speaker formed, as the voice of these two inseparable areas in which they live? (our proposal is for a floating-enunciator, coming from two places of

---

1 Mestre em Linguística, Doutorando do programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar e professor da FAFIPA/UEMG. Contato do autor: julio.semantica@gmail.com.

---

speaking simultaneously). By the way of reasoning proposed here, we propose and support the hypothesis of an unavoidable predisposition to dual language distribution in modernity: the oral language and the manual language.

**Keywords:** cyberspace, language politics, language teaching, enunciation.

### **Digito, logo existo**

A relevância de uma pesquisa Linguística sobre o funcionamento enunciativo ciberespacial é de pertinência direta ou indireta para toda ciência, uma vez que a produção científica contemporânea desenvolve-se sobremaneira no espaço virtual, ou é afetada por ele. Impossível pensar o exercício da língua na atualidade isolado da virtualidade. Tomar a palavra na contemporaneidade é inscrever-se na configuração moderna da interação e subjetividade condicionada ao acontecimento virtual. De fato, pela enunciação “das mãos”, o sujeito: compra, vende, paga, vota, contrata, ensina, informa-se, entretém-se, gradua-se, forma-se, relaciona-se, documenta-se, enfim, *constitui-se nessa relação*. Uma máxima enunciativa consolida-se no mundo: “digito, logo existo”. A virtualidade passa a ser condição de existência do sujeito na modernidade, ou cada vez mais vigora a extinção empírica em detrimento de uma interação flutuante (entre o real e o virtual) como quesito basilar social. Esse quadro enunciativo virtual reclama e incita um estudo linguístico sólido sobre a linguagem da internet, ainda não oficializada, embora amplamente utilizada, conforme já constataram diversos estudos (LÉVY, 1996; DIAS, 2004; DEMO, 2010; MACHADO, 2010; dentre outros).

No entanto, é necessário que a Linguística teorize, por um estudo robusto de relação entre línguas<sup>2</sup>, essa língua que funciona na internet. Esta, embora determinada por elementos das línguas orais e de tradição escrita, transtorna sua sintaxe, morfologia, fonologia e suas normatividades, ao privilegiar uma configuração digital ou virtual, com suas peculiaridades, que sincretiza e reconfigura a dicotomia verbal/não verbal ao constituir-se de desenhos convencionais, abreviações, sinais sonoros, fotos, animações, recortes animados, combinações, transtorno da leitura esquerda-direita, enunciações sem letra alguma, etc.; além disso, esses vários aspectos da linguagem manual são regulados por certa abertura ao caótico, que é proibido no espaço não virtual. Urgem pesquisas digitais com cientificidade suficiente e eficiente (DEMO, 2010).

---

2 Para este conceito, cf. Orlandi (1998).

### Transgressão e Linguística: problemas teóricos

Traçada a pertinência e urgência em se estudar satisfatoriamente a língua que funciona na internet, propomos neste artigo um estudo da linguagem ciberespacial, a partir de um prisma teórico da *transgressão* (do diferente<sup>3</sup>) e de um lugar que – ultrapassando tratados geográficos, étnicos, institucionais – aborda a relação entre línguas, e procedendo a uma metodologia que acentue a observação da relação entre a linguagem oral, perpetuante, e a linguagem do ciberespaço, transgressora.

Para cumprir nosso objetivo, é indispensável refletir sobre um raciocínio que prevê a enunciação agenciada por duas regularidades: a) a normatividade, própria do espaço não virtual, que proíbe certos enunciadores (é proibido transgredir a normatividade, e é essa convenção que determina muitas línguas). A normatividade faz funcionar línguas gramaticalmente; e b) A transgressão, própria do ciberespaço, que possibilita qualquer enunciador (é lícito transgredir a normatividade, e é essa transgressão que determina a linguagem informal da internet). A transgressão faz funcionar línguas agramaticalmente.

Ademais, como consequência (e até sustentáculo desse objetivo), refletiremos sobre uma atualização teórica dos estudos enunciativos no Brasil, que urge devido ao formato complexo da configuração social moderna, em flutuância de certa forma não prevista nos dispositivos teóricos tradicionais ou disponíveis.<sup>4</sup> Nossa atenção teórica afasta-se de mecanismos absolutos para melhor apreender funcionamentos de permeio, que produzem efeitos de sentidos<sup>5</sup> somente passíveis de serem percebidos se acessados com ferramentas plausíveis, capazes de abordar espessuras atípicas da linguagem.

3 É bom que se diga que não nos aproximamos dos procedimentos de Orlandi (2007) sobre o mesmo-parafrástico e diferente-polissêmico (o que não procederia, pois, por esse prisma, poderia coexistir paráfrase e polissemia tanto no real quanto no virtual). Para nós, “mesmo” (real) e “diferente” (virtual) distinguem apenas dois espaços enunciativos, marcados respectivamente pela gramaticidade (por isso repetitivo) e agramaticidade (por isso diferente).

4 Como temos dito (MACHADO 2010), entendemos por flutuância o fenômeno semântico no qual se percebe duas orientações de sentido contrárias ao mesmo tempo. Teoricamente o tratamos por “enunciador flutuante” (já que, os outros enunciadores aqui adotados, não preveem essa especificidade). Aqui em nosso caso, dizemos que a linguagem manual pertence a esse fenômeno uma vez que se constitui pela gramaticidade e agramaticidade intrínsecas, como veremos adiante.

5 Na Análise do Discurso de linha pecheutiana (ORLANDI, 2007), o discurso é definido como efeitos de sentido entre interlocutores; trata-se de uma importante noção para essa teo-

Por exemplo, o “sujeito ciberespacial”, enquanto objeto de análise, dificilmente pode ser processado pelas diversas vias linguísticas atuais, de cientificidade insatisfatória para objetos limítrofes como a “enunciação digital”, justamente porque essa enunciação recorta uma origem indefinida teoricamente: seria essa enunciação digital uma relação com qual mundo? (viés enunciativo-filosófico); seria essa enunciação a relação com qual palavra: mecânica ou humana? (viés estrutural); seria essa enunciação relacionada à qual verdade, se o virtual não é classe veritativa, mas simulacro? (viés enunciativo-referencialista); seria essa enunciação significada pelo uso de qual estrutura, se essa “nova” estrutura agramatical não tem existência? (viés estrutural-enunciativo); seria essa enunciação a intenção de qual sujeito, se se considera o sujeito como um engendramento empírico, muito embora o virtual seja abstração, e não empiricidade? (viés enunciativo-pragmático); teria essa enunciação estacionamento em qual língua tradicional, uma vez que o simbólico audiovisual caótico e não-alfabético não é previsto no arrolamento documental histórico e cultural literário? (viés filológico); essa enunciação manual recortaria qual memorável<sup>6</sup> (GUIMARÃES, 2002), se a agramaticalidade não tinha existência na organização linguística mundial até a manifestação da internet? (viés semântico-histórico da enunciação)?

Como se vê, nenhum desses estudos parece dar conta de processar, com satisfatoriedade científica, os dados do que chamamos “voz manual” e seu sujeito metálico<sup>7</sup> – por satisfatoriedade entendemos um rigor científico que responda aos novos funcionamentos linguísticos, mesmo que sem trazer soluções.

Tal objetivo geral de forjar o aparato teórico plausível nos remete a um objetivo específico, o de dar uma atenção especial aos pressupostos de um

---

ria, aqui tomada para a Semântica Histórica da Enunciação (GUIMARÃES, 2002). Por ela, certo enunciado não se esgota no “conteúdo”, mas, determinado pela irrepetibilidade de seu acontecimento e por elementos inerentes à estrutura (como a historicidade), explicita efeitos de sentidos únicos, previstos ou não.

- 6 “Memorável”: um “passado recortado”. Noção básica para que se produza qualquer sentido, conforme Guimarães (2002, p. 12): “presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro que, no acontecimento projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável”.
- 7 É bom que se diga que não afirmamos que essas linhas linguísticas são impotentes diante desse tipo de *corpus*, senão que, pela nossa definição de satisfatoriedade exigente, elas fariam suas inferências com certa dificuldade ao abordar questões como essa por uma postura enunciativa.

enunciador flutuante, outrora sugerido por nós (MACHADO, 2010). Ele será apoio para lançar-nos em discussões meta-teóricas e poder vislumbrar a agitação entre línguas no limite dos espaços não virtual/virtual que se reclamam mas também se estranham.

### Discussões teóricas

Eis a “sina” linguística: diferentes teorias aplicadas a um mesmo objeto resultam em diferentes conclusões (porque essas várias teorias fazem desse suposto único objeto, distintos objetos). Teríamos então diferentes análises. Diferentes resultados. Porque teríamos diferentes indagações. Muitas perguntas, poucas respostas, e grande ocorrência de aparato teórico insatisfatório em certos momentos. É o postulado do nunca-fechamento analítico. Além disso, há objetos que requerem apuração mais clara, como é o caso da linguagem do ciberespaço.

Operar teoricamente esse objeto escorregadio da língua ciberespacial é colocar-se em um lugar que dispensa uma disposição teórica fechada. A teoria, embora predisposta, é engendrada por uma especificidade própria que a particularidade do *corpus* reclama. Para mobilizar um instrumento teórico (que pensamos ser) satisfatório, do ponto de vista enunciativo, defendemos que a relação palavra-objeto se dá de modo irregular, por atravessamentos político, social e histórico intrínsecos ao ato de dizer.

Entendemos que o tratamento do sentido reclama um aparato teórico capaz de processar “o fora” que o constitui, o além-estrutura e o além-modo de raciocinar por vias elegantes da razão e da rigidez de um sistema. Assim privilegiamos uma postura de pesquisa que eleja o inexato e a não-razão no funcionamento da linguagem, bem como um *modus operandi* menos simplista e mais sofisticado, compatibilizado com a complexidade social, histórica e política da língua, que ponha em xeque os procedimentos analíticos que vislumbram uma sociedade matematicamente regular.

Desse modo, nosso construto teórico eleito filia-se à Semântica Histórica da Enunciação<sup>8</sup> (que acessa o sentido pela historicidade inerente ao acontecimento enunciativo) enquanto teoria piloto deste trabalho, e à Semântica do Acontecimento enquanto dispositivo metodológico-procedimental analítico. A elas, acrescentaremos um *modus operandi*, que temos chamado Agitação Enunciativa<sup>9</sup>, por nós desenvolvido para investigação dos dados (perscrutando as espessuras de evidência e aparência nos acontecimentos virtuais).

8 Tal como desenvolvida, basilarmente, por Guimarães (2002).

9 Tal como temos sugerido e desenvolvido (MACHADO, 2010).

Sucintamente, uma análise apriorística do acontecimento enunciativo é percebê-lo enquanto atravessado por determinações históricas e sociais, que vislumbram a luta pela voz de falantes incluídos, excluídos e suas interpretações de pertencimento e despertencimento, dadas pela disparidade dos Locutores; ou seja, nessa perspectiva, o falante é díspar entre um Locutor (com maiúscula, que representa a origem do dizer, um nome próprio) e locutor (com minúscula, que representa o lugar social do dizer, uma “profissão”). Ambos, Locutor e locutor, funcionam simultaneamente pautando-se em um lugar de dizer que se pretende não social e não histórico, denominado enunciador. E esse enunciador merece uma atenção maior, devido à nossa proposta de atualização teórica.

Guimarães (2002, p. 26) propõe três enunciadores: universal (lugar de dizer submetido ao regime do verdadeiro ou falso), genérico (lugar de dizer da repetição do dito popular) e individual (lugar de dizer da circunstancialidade e da independência da história). Em nossos trabalhos anteriores, nós propomos um quarto enunciador: o lugar de dizer *flutuante*, pois como temos dito, há farto registro de acontecimentos que nos permite observar que a sociedade moderna não mais se dispõe em lugares de dizer X ou não-X, ou em lugares inteiriços X, Y, Z, etc., senão num feitio flutuante (RANCIÈRE, 1996) de lugares X/não-X simultâneos, ou nas posições mistas de X-Y, Y-Z, X-Z, etc.<sup>10</sup>

Ancorados na afirmação de Rancière (1996, p. 103) segundo a qual o povo “é uma unidade que não consiste em nenhum grupo social”, trata-se de “sujeitos *flutuantes* que transtornam toda a representação dos lugares e parcelas”. Queremos assumir efetivamente a possibilidade teórica de um *enunciador-flutuante*, lugar de dizer do acontecimento manual, que em recortes de chats e enunciados informais, explicita a inseparabilidade entre normatividade e anormatividade, evidência alfabética e aparência não-alfabética que, embora representem características distintas, mantém funcionamentos dialógicos e indissociáveis.

Assim poderemos ver na linguagem do ciberespaço esse funcionamento bissituacional onde o falante é determinado por dois espaços, real e virtual, que confunde/miscigena sua identidade. Passemos a ponderar nossa proposta teórica de Agitação Enunciativa. Ao propor esse dispositivo, estamos afirmando que, para nós, a constituição da enunciação, embora se paute sobre uma disjunção (evidência e aparência), funciona em conjunto. Em outras pala-

---

10 Como exemplos (MACHADO e SANTOS, 2010) temos os enunciadores-flutuantes: emo (enunciação do masculino e feminino simultâneos), samba-rock (enunciação da suavidade e da agressividade contrastivas), etc.

bras, o processo enunciativo, para nós, assume duas propriedades constitutivas: evidência e aparência, de forma que *tomar a palavra é estabelecer uma agitação entre o exato e o inexato*. Isso também quer dizer que, de certo modo, se pensadas em conjunto, as propriedades de evidência e aparência põem a língua em funcionamento, o não-acordo das duas espessuras, ao reportar-se ao objeto, perpetua a atividade de enunciação. Todo dizer é uma aparência e uma evidência, indissociáveis. O efeito de enunciação fará um ou outro prevalecer. Assim, a enunciação de evidência sempre terá uma orientação para a aparência, que a incomodará, da mesma forma, a aparência sempre terá uma orientação futura de evidência. E não se trata do olhar político (“X versus Y”, dado por enunciadores adversos) senão de um olhar de cumplicidade (“X mais Y”, dado por um único enunciador-flutuante).

Por sobre nossa discussão, no tocante ao espaço de enunciação, assumimos que as enunciações do ciberespaço significam uma aparência do espaço real (enquanto que o espaço real significa uma – suposta – evidência do mundo). Apenas esses pressupostos já fazem sopesar relações semânticas nos enunciados eleitos para análise. No tocante às relações entre as línguas, os liames do real/virtual são tais que põem a distribuição: se no espaço enunciativo real (não virtual) a sempre evidência normativa, repetitiva, reguladora do funcionamento gramatical, e de pudor social são o *apriori* das línguas orais, no ciberespaço enunciativo a aparência transgressiva, o diferente regulador do deslize, do avesso, do lapso, da caricatura, do exagero, da ousadia, da imprudência e da “não papas na língua” são o *apriori* da linguagem ciberespacial informal. E uma análise orientativa (real *ou* virtual) ou uma análise política (real *versus* virtual) seriam incompletas, uma vez que o funcionamento linguístico do ciberespaço é misto, e precisa ser acessado por aparato misto (real *mais* virtual), pois o real “[...] flutua num espaço branco, entre as margens do rio, nem lá nem aqui, mas lá e aqui, ao mesmo tempo (DIAS, 2004, p. 106).

No que tange ao acontecimento, enunciar no ciberespaço instaura um sujeito dividido entre a evidência do eu-normativo da realidade, repetitivo e polido pela linguagem oral, e da aparência do eu-transgressivo da virtualidade, inovador e despreocupado pela linguagem manual.

### **Linguagem manual e linguagem oral**

Como nossa proposta é refletir enunciativamente sobre a linguagem do ciberespaço no interior de uma Semântica Histórica da Enunciação, olharemos para a concepção de língua por um prisma de relação entre línguas. Isto é, a língua sempre em relação a uma outra, no ato da enunciação (porque nossa postura é enunciativa). Nossa estratégia é focar o sentido para podermos refletir sobre alguns pontos da prática e o processo didático das línguas na atualida-

de. Observaremos o sentido enquanto efeito de uma anterioridade (um passado) e de atravessamentos sócio-históricos. Assim, especificamente, nossa discussão inscrever-se-á e desenvolver-se-á pelos questionamentos daquilo que é conhecido como política linguística<sup>11</sup> (um olhar administrativo-estabilizador para as línguas, que envolva convenções sociais e institucionais) e daquilo que Orlandi (1998) designa como política de língua<sup>12</sup> (um olhar de funcionamento-desestabilizador para as línguas, que desarmonize essas convenções sociais e institucionais), uma vez que a enunciação é sempre, como podemos observar a partir de formulações de Guimarães (2002), um acontecimento político<sup>13</sup>. No nosso caso, essa diferença será particularmente visível através da noção, desse mesmo autor, de espaço de enunciação<sup>14</sup>.

Aí nesse espaço de enunciação, especificamente o espaço de enunciação da internet, observaremos o que proporemos chamar de *linguagem manual*: nome que recorta bem a prática de “enunciar com as mãos”, utilizando recursos sonoros, imagéticos, alfabéticos e não alfabéticos – características que fazem essa linguagem distinguir-se das linguagens orais ou escritas tradicionais, justamente pela impossibilidade de oralizar ou simbolizar alfabeticamente esses novos formatos.

Desse modo, olhar para a noção de língua a partir dos estudos de relação entre línguas, como preferimos, é perceber que, em nosso caso, a linguagem manual, do espaço de enunciação ciberespacial, significa na sua relação com as línguas orais e alfabéticas, isto é, a linguagem do espaço ciber significa na sua relação com a linguagem do espaço do espaço de enunciação não ciber.

---

11 *Política linguística*: investigação da distribuição e significados das línguas em seus espaços, mediante agenciamentos “oficiais”: governamentais, culturais, geográficos, convencionais, escolares, dentre os principais (ORLANDI, 1998).

12 *Política de língua*: investigação da distribuição e significados das línguas nos seus espaços, mediante agenciamentos “extraoficiais”: próprios de sua forma de existência, regulados por efeitos não-normativos (ORLANDI, 1998).

13 *Político*: noção de Guimarães (2002) elaborada a partir das noções de Rancière (1996) de metapolítica, para-política e arquipolítica. Diferentemente do foco social-filosófico ranceriano, Guimarães (idem) traz a ideia de político para a linguística. Pelo político, caracteriza-se a enunciação enquanto acontecimento sempre sujeito à divisão (igual sempre desigual). Quando se afirma, sempre há a reclama do pertencimento dos não-incluídos.

14 *Espaço de enunciação*: “são espaços de funcionamento da língua que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2002, p.18).

No que tange à política de língua (a investigação da língua a partir de agenciamentos diversos extraoficiais, e não de suas normas), propomos outra possibilidade ainda para pensar essa política de língua pela via de um deslocamento fundamental e pouco perscrutado: *a relação entre línguas pela perspectiva da transgressão, o avesso das reflexões linguísticas que se pautam na ética*. Vejamos então o que entendemos por ética para clarificar nossa proposta.

Foi Orlandi (1998) quem postulou a articulação entre política linguística e ética. Para a analista, os estudos de política de língua até então se desenvolvem sobre certa ética linguística, que sucintamente se resume em três particularidades: 1) a ética da *unidade* (língua una), utopicamente almejada por governos, administrações e documentos oficiais; 2) a ética da *dominação*, como por exemplo, o inglês enquanto língua *mor* da ciência, e o latim enquanto língua predominante em várias dimensões: língua *mor* da ritualística religiosa (catolicismo), língua *mor* da ficção (evocação de fórmulas oficiais, como em Harry Potter, por exemplo), língua *mor* da área jurídica (de aspecto organizacional); e um outro exemplo ainda seria a partitura enquanto língua *mor* dos registros sonoros; e 3) a ética da *diversidade*, isto é, o “respeito cultural”, enquanto elaboração ilusória de um espaço enunciativo mundial equitativamente distribuído e funcional, bem como uma predominância de enunciados que abafam as lutas e exclusões de línguas menos acessíveis (como o Guarani, que faz parte da tríade de línguas oficiais do Mercosul sem ter efetividade nas negociações, e outras gamas de línguas rejeitadas na funcionalidade, mas existentes na oficialidade).

Diante desses três modos de refletir sobre a política de língua, o que ora propomos – e que ainda não fora contemplado – seria a perspectiva da *transgressão*, própria do ciberespaço: dentre tantos agenciamentos, o funcionamento linguístico no espaço virtual (ou ciberespacial), independente do idioma, é determinado sobremaneira por uma velocidade enunciativa e uma economia de dígitos que configuram um modo de dizer agramatical e audiovisual não previstos em nenhuma arrolação dos engendramentos éticos. Há então uma regularidade anormativa (que prefere a transgressão às normas gramaticais) que funciona no espaço virtual, que chamaremos, como se viu, de linguagem manual.

Estudar a linguagem manual pelo prisma da transgressão é perceber que essa prática de enunciar com as mãos por agenciamentos anormativos não se filia aos estudos éticos de unificação (a linguagem manual não se pretende universalizante), de dominação (a linguagem manual não apresenta funcionamentos de sobreposição), nem de diversidade (a linguagem manual parece ter um lugar marginal – se tiver reconhecimento enquanto língua – no leque das línguas mundiais, documentos, livros didáticos, etc.). Com que parâmetros perscrutar tal funcionamento ciberespacial? Daí decorre a pertinência de uma via de transgressão, como veremos.

A constituição “transgressiva” da linguagem manual se deve ao fato de que o exercício da língua no interior do espaço virtual é fundamentalmente discrepante do exercício da língua no espaço não virtual. E essa discrepância revela uma dupla concepção de linguagem:

- Linguagem oral (própria do espaço enunciativo não virtual):  
Regularidade: normatividade gramatical, organicidade sintática, distribuição morfológica e simbologia alfabética. Exemplo: português, inglês, francês, etc.
- Linguagem manual (própria do espaço enunciativo ciberespacial):  
Regularidade: anormatividade e agramaticalidade (instigada por um funcionamento que reclama velocidade, e por um novo modo de enunciar, audiovisualmente). Opta-se por enunciações “animadas” e por simbologia não-alfabética – além da alfabética.

É bom que se diga que não estamos traçando uma dicotomia. Identificar dois espaços enunciativos em que a língua funciona atualmente não significa um limite intransponível. Muito pelo contrário, queremos pôr relevo justamente no fenômeno de que temos dois espaços distintos nas suas determinâncias, mas que, cada vez mais, funcionam inseparavelmente, tornando uma separação rigorosa entre real e virtual imprecisa. Por isso inserimos a linguagem manual em um viés teórico de “relação” entre línguas.

Ademais, ainda é importante explicar uma noção que nos é cara, a do agenciamento enunciativo, segundo a qual toda língua funciona porque é agenciada por vários fatores, que a põe em funcionamento. Deste modo, ao pensar a linguagem manual a partir do agenciamento enunciativo, é necessário considerar vários fatores que fazem essa língua funcionar e significar. Temos que considerar que enunciar no virtual acarreta um modo de dizer surreal, diferente, antonímico à normatividade tradicional do espaço real, devido a sua deontologia, a seu modo, a sua distribuição e sua organização próprios. Ou seja, rigidez ortográfica ou posicionamentos sintáticos não são exigências para a enunciação virtual informal. Os agenciamentos da linguagem manual são outros, por exemplo, metaplasmos como supressões ou acréscimos, ou transposições como metátese (equívocos, por exemplo, de “feira” para “feria”, de “água” para “auga”), e hipértese (equívoco, por exemplo, de “grã-fina” para “grinfa”), demais transformações e o uso imagético constituem alguns desses agenciamentos que promoverão funcionamentos surreais, não tradicionais.

O ciberespaço, enquanto possibilidade de enunciação, efetiva um modo de dizer considerado anormativo pela disposição linguística gramatical, de forma a (des)(re)configurar o funcionamento linguístico da modernidade.

### Uma língua bizarra?

Outras questões didáticas e descritivas se põem, ao abordar o ciberespaço informal linguisticamente: como tratar pedagogicamente, socialmente, ideologicamente e linguisticamente as particularidades avessas, bizarras, “erradas” e anárquicas da língua do ciberespaço? Neste tópico tentaremos clarificar parte dessas questões, uma vez que, não importa sua forma, temos uma língua que funciona como qualquer outra. Antes de uma análise estilístico-apreciativa (não científica), é fundamental uma descrição linguístico-enunciativa (científica).

Partimos do pressuposto que nosso objeto de estudo não está previamente dado, mas é construído a partir de nossos questionamentos. Desta forma, queremos observar a linguagem do ciberespaço asseverando que nosso foco para o atípico é relevante porque permite visualizar o jogo dos falantes ao rejeitarem/aceitarem as enunciações de transgressão das convencionalidades padrões sociais, explicitando que a diferença marca a relação entre línguas tanto na estrutura quanto nas regularidades do dizer.

De certa forma, não há como não dizer que criamos os lugares didático-gramaticais agenciados pela insuportabilidade da dispersão, do diferente e pela mania de organizar o mundo. Esta afirmação não põe de lado os bons trabalhos didático-linguísticos e gramaticais, e também não significa que não haja regularidade no ciberespaço; há, mas é uma regularidade não normativa, e a não normatividade identifica esse neofuncionamento. Um jogo linguístico entre *proibido* versus *lícito*, de certa forma agencia, predispõe e distribui as línguas nos subespaços gramaticais do espaço real, e agramaticais do espaço virtual. Calada na dimensão ética (no espaço real), a enunciação transgressiva efetivará seu eco na dimensão não-ética (no espaço virtual), no formato de uma predisposição simbólica um tanto bizarra, típica de sites informais, no tocante à estética e à regularidade.

O repúdio do espaço real é respeitável no ciberespaço. Portanto, considerar a argúcia da transgressão põe sempre uma divisão: a linguagem ciberespacial – aqui especificamente em chats informais – funciona sem repúdio, produz efeitos, disputa a voz com a normatividade erudita, e muitas vezes ganha essa disputa sem, contudo, ser censurada como o é no espaço não-virtual. O espaço virtual parece ser o lugar de primazia de enunciações do proibido e do diferente. A “sanidade” erudita, inclusive, é repudiada em mecanismos de interação virtuais.

No interior de nossa proposta, é interessante levar em conta também o modo de raciocínio científico sobre o qual se debruça o quadro epistemológico da Linguística. Sua forma de pensar revela que o homem não sabe lidar com o diferente, porque raciocina por dispositivos racionais – por isso, é difícil pensar a não-ética pela ética. Como é o homem que faz ciência, a

---

ciência nos moldes da razão (e da lógica) se dispôs, erradicando o estranho de si (GADET, PÊCHEUX, 2004). O diferente representa perigo para o mesmo. Erradicado do meio ético-linguístico, esse diferente, silenciado<sup>15</sup>, repercutiu nos moldes científicos. Dito de outro modo, temos uma “política do silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 73) onde, ao se dizer algo (de modo diferente), apagamos outros sentidos (de modo tradicional). Uma linguística que prime por uma cientificidade razoável e plausível deve relevar que o funcionamento das línguas é agenciado não apenas pela vigilância dos pressupostos racionais, mas pela transgressão dessa racionalidade. E para apreender um funcionamento que foge à razão, dever-se-á predispor de um aparato teórico que não tenha fundamento na lógica.

O que queremos marcar neste trabalho é que o modo dizer da dimensão ciberespacial, interdito no espaço enunciativo real, ganhou alforria notória no espaço enunciativo virtual. E ainda mais: nesse espaço *é necessário, funciona e materializa-se enquanto linguagem*.

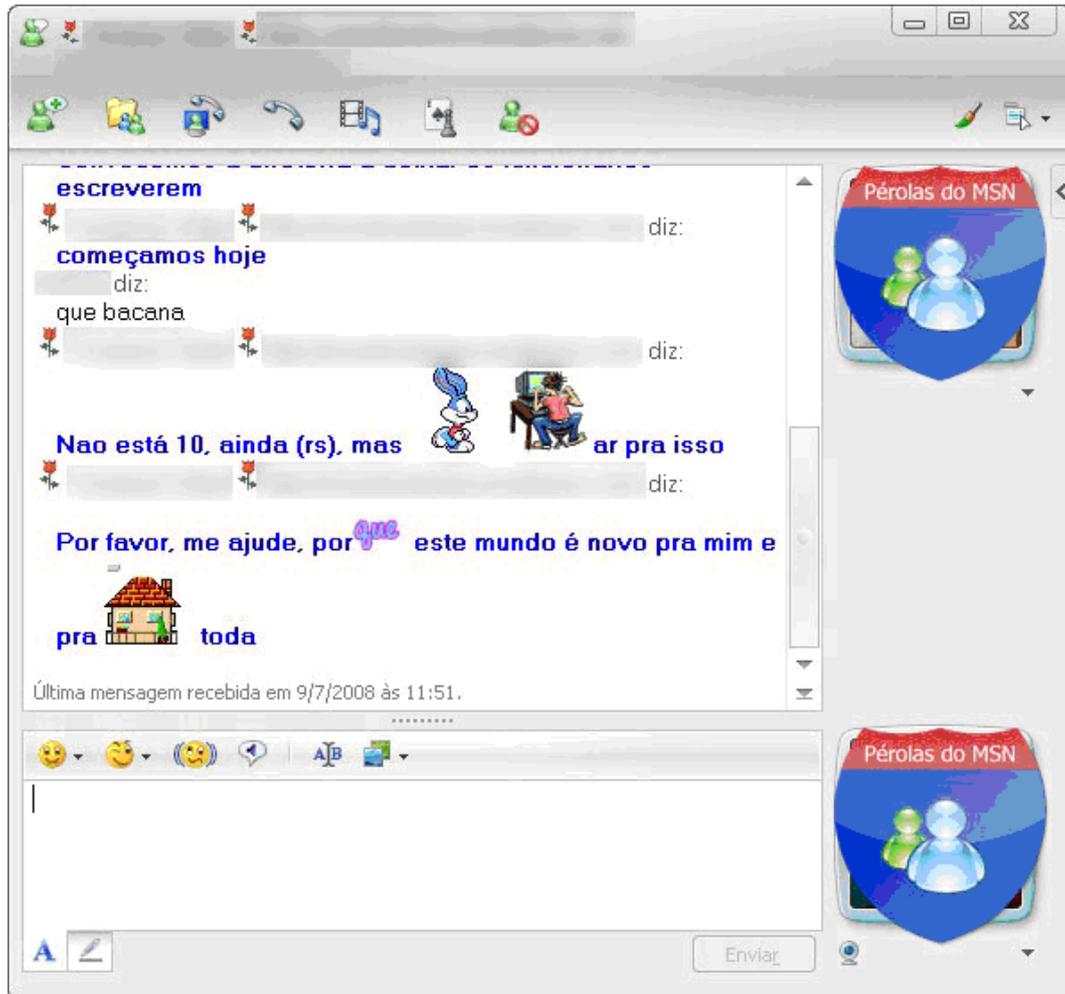
Esse novo modo de exercício da língua assevera que o não-ético enquanto acontecimento enunciativo virtual significa que a subversividade escapa à domesticação e fascina o homem. O triunfo da informalidade na internet – especificamente nos chats – expõe que nossa época venera a desordem, e traz para o interior da análise a atualização da noção do diferente como determinante enunciativo. O ciberespaço configura-se enquanto espaço enunciativo regulado pelo avesso do espaço real. Enunciar “com as mãos”, em certa medida, é poder configurar nossa interação social numa dupla personalidade: pelo espaço real detemo-nos em lugares possíveis enquanto no espaço virtual é plausível assentar em lugares impossíveis (Como um médico, um advogado, um professor, um juiz, etc. diria tais coisas no espaço real? O que é proibido dizer no real, diz-se no virtual). A possibilidade do enunciadador-flutuante (real ético/virtual não-ético), como veremos, constitui uma válvula de escape: *precisa-se dizer sempre*. Interdito ou não, *a voz sai*. E se a enunciação é proibida pela razão, escapa pela loucura (GADET; PÊCHEUX, 2004). Esse funcionamento dá proeminência linguística e científica para o atípico.

---

15 A noção de *silêncio* foi desenvolvida por Orlandi (2007, p. 24). De acordo com sua formulação, um dizer sempre silencia outro dizer. Assim, um enunciado X sempre silencia outro enunciado Y. Aqui, os enunciados normativos e gramaticais silenciam os enunciados transgressivos e agramaticais, e vice-versa.

### Discussão de um recorte

Elegemos um acontecimento virtual oriundo de uma interação enunciativa via programa de *Messenger* para efetivar uma reflexão no que tangue às particularidades da linguagem manual, sustentando algumas de nossas afirmações anteriores. Nesse recorte (PÉROLAS MSN), concentrar-nos-emos em quatro pontos<sup>16</sup>:



1) A constituição do sujeito moderno: A eleição desse instrumento comunicativo no Brasil, cada vez mais popular, é determinada por fatores econômicos (baixo custo, em detrimento ao telefone), pela privacidade (impossibilidade de áudio para terceiros), pela localização (acha-se cada vez mais fácil pessoas on-line

<sup>16</sup> Figura 1 – Pérolas do MSN. Disponível em <<http://perolasdomsn.wordpress.com>>.

que em determinados lugares físicos), fatores profissionais e interacionais (exigências que agenciam o consumo e a sociabilidade). Tais determinâncias estendem-se para outros domínios diversos. O que corrobora a máxima enunciativa moderna de constituir-se como sujeito pela linguagem das mãos. Não é difícil averiguar esses agenciamentos no recorte acima.

## 2) A agitação entre real e virtual: Os enunciados



em um primeiro olhar, já significam “erro” por recortar um memorável (passado) de *gramaticidade* da língua portuguesa, proveniente do espaço real, por sobre o (presente) de *agramaticidade* da linguagem manual, proveniente do espaço virtual. A agitação mostra então a perspectiva (futuro) da indissociabilidade entre o gramatical e o agramatical: funcionamento da política de línguas moderna. Assim poderíamos propor uma das formas indissociáveis entre as duas dimensões: por uma intervenção sugestivo-interpretativa própria de leituras imagéticas, o elemento imagético animado<sup>17</sup> agramatical “coelho em movimento” reescreve por elipse o sintagma gramatical “foi” (em elipse por não estar explícito o “foi”). Também há re-escrituras por elipse entre os elementos “homem digitando”, que reescreve “trabalh” (sugerido pela vogal temática e desinência “ar”, no final do sintagma verbal), e o elemento imagético-animado “casa”, que reescreve o sintagma nominal elipsado “casa”. Tal percurso inscreve-se no novo panorama da política de língua da atualidade: “[...] as figuras procedem de violações semânticas, visto que há, quase sempre, uma *violação de fronteira* entre animado e inanimado, humano e não-humano, material e não-material, etc.” (YAGUELLO, 1997, p. 147).

É inevitável que o primado da linguagem manual instaure ainda duas orientações simultâneas: o da “livre interação” – ao se pensar pela linguagem manual – e o da “correção” ou “tradução” – ao se pensar pela linguagem oral, aqui no caso o português.

17 Os elementos “coelho”, “homem no computador” e “casa”, estão dispostos em movimento, e não em imagem congelada, o que não foi possível flagrar no recorte acima.

No que tange ao aspecto educacional, somente o segundo tem sido levado em conta (DEMO, 2010). Em outras palavras, está inscrito na política de línguas que o efeito de “errado”, dado pelos deslizos morfossintáticos gramaticais no espaço real passam a ter um efeito de “normalidade” no espaço virtual. Portanto, não cabe aos professores aplicarem recursos de uma dimensão X em uma dimensão Y. O que tem havido na docência é um forjamento de adequação, do manual para o real.

Neste ponto, diríamos que esse acontecimento pauta-se em um enunciador-flutuante enquanto um lugar de normatividade (evidência alfabética) e transgressividade (aparência audiovisual) simultâneos. A flutuância desse Locutor é marcada por ele ser um falante do português, com se vê, e ao mesmo tempo transtornar essa convenção, pela sua formulação. O Locutor-errante (enquanto locutor-cidadão do espaço real), instaurado pelo acontecimento do desliz, no espaço real, passa a ser Locutor-coerente (enquanto locutor-internauta), autorizado pela deontologia do espaço virtual, amparado pelo enunciador-flutuante que prevê a indissociabilidade e simultaneidade entre o gramatical e o agramatical.

### 3) A consolidação da linguagem manual: vejamos uma (tentativa de)

descrição do enunciado :



“nao (sem acento) está (numero 10), ainda (imitação onomatopéica: rs), mas (coelho em movimento) (homem digitando em movimento) ar pra isso (falta de ponto final)”.

Duas questões nos instigam: que língua seria essa que aceita sinais visuais, não alfabéticos, no entremeio mesmo dos sinais alfabéticos (como em “homem digitando”+“ar”)? Qual sistema nos levaria a associar “homem digitando” com “trabalh”? Como pensar a política de língua em enunciados como esse? O mais digno de nota é que tal funcionamento flutuante (normativo gramatical + transgressivo agramatical) funciona em concordância. Gera-se um efeito de concordância entre X e não-X. Tais indagações, bem como essa regularidade de X não X, é em si argumento que nos permite asseverar esse tipo de enunciado enquanto linguagem manual: não o português escrito, por rejeitar as regularidades eruditas, tampouco uma forma oral, por ser impossível de oralizar de forma padrão um “coelho em movimento” ou um “homem digitando” – esses dizeres entre aspas são apenas duas de tantas interpretações para as duas imagens. A imagem não é enunciável via oral. Ela é apenas interpretável via oral. O acesso ao espaço virtual pela linguagem manual significa a redistribuição das línguas na era digital. A enunciação do audiovisual é argumento para a solidificação da linguagem manual, com regularidades atípicas.

4) O transtorno da leitura: É insuficiente aplicar a metodologia da linguagem oral à linguagem manual – como muitos professores fazem, comumente. Como ler então? E como ensinar a ler? Falar em unidade sóico-textual de materialidades verbais-não-verbais sincréticas abarcará um novo modo de leitura, prenunciado por Benveniste (2006, p. 18): os homens inventam línguas a cada instante, e cada vez de uma maneira nova. Complementaríamos dizendo que novas formas de línguas conclamam novas formas de leituras. A leitura de enunciados-imagens ainda encontra resistência na atualidade por encontrar convenções padronizadas<sup>18</sup>. Isso agencia o leitor a ser tomado pela noção de interpretação, que traz para a análise o fechamento de sentidos pela subjetividade da suposição (o que não significa introspecção de “achismo”).

Diante dessas quatro curtas reflexões, fica claro que a linguagem manual, nosso objeto, pode ser satisfatoriamente perscrutado pela arcabouço teórico aqui utilizado, onde visualiza-se a agitação entre a *evidência* de um modo de conceber a língua enquanto registro alfabético-simbólico completo e exato, que produz efeitos de sentido amparados nas articulações da estrutura, e a *aparência* de um modo de pensar as línguas enquanto registro semialfabético ou não-alfabético, sempre incompleto, vago e inexato, que produz efeitos de sentido pela interpretação. Pela agitação enunciativa vislumbra-se o agenciamento moderno que conjuga a simultaneidade entre o espaço real e virtual, instaurando um sujeito metalizado, constituído por um enunciator flutuante – mecânico e humano inseparáveis devido ao atravessamento sócio-histórico. Distintos enquanto dimensões são inseparáveis enquanto funcionamento.

### Considerações finais

Este artigo explicitou a emergência e a urgência de olhares teórico-linguísticos para o ciberespaço, dimensão angular do funcionamento e ensino de línguas na modernidade. Seus resultados são mais descritivos-teóricos porque estes podem nos levar a tirar conclusões no plano didático, plano que não foi central neste texto. A partir da agitação enunciativa, os estudos semânticos são capazes de vislumbrar uma predisposição do dizer em que linguagem oral e linguagem manual instauram o Locutor moderno, concebido pelo entremeio de dois lugares: real e virtual, fundidos em uma única voz flutuante, pelo acontecimento enunciativo que os une. Afinal, “[...] ao se virtualizar o corpo se multiplica” (LÉVY, 1996, p. 33).

---

18 Tal como trabalham e procuram sistematizar, dentre outros, os grupos *LABOR/UFSCar* (Laboratório de Estudos do Discurso) e *GEADA/UNESP* (Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara).

Ler a linguagem manual significa inferir sobre elementos não alfabéticos, contramão das leituras e didáticas tradicionais difundidas em instituições escolares, aliadas da política linguística. Ainda é escasso no mercado pedagógico materiais de política de línguas. Perpetua-se um olhar obsoleto (DEMO, 2010). E o professor não tem culpa (se é que se pode falar em culpa), porque não há pesquisas suficientes sobre a língua manual que possa vir a tornar-se material de apoio pedagógico. Resta então a incompatibilidade entre uma língua nova e uma metodologia obsoleta. Ainda é claro uma prática enunciativa não legítima, mas tão forte quanto a oficial: a questão da escrita, leitura e ensino em espaços escolares sustenta-se em um enunciador de evidência alfabética, abafando politicamente um funcionamento de um enunciador que lê e escreve pela aparência não-alfabética (cabal no ciberespaço).

Essa averiguação ratifica nosso postulado de que existe uma dinâmica motriz na enunciação agenciada por memoráveis de línguas que chamamos orais, o que não significa que não possam ser escritas, mas são reguladas pela normatividade qualquer de sua sintaxe, morfologia e fonética (português, inglês, francês, etc.), e em correlação, por outro lado, pela linguagem manual, de impossibilidade oral parcial, que se constitui língua enquanto adequada pela efetivação de regularidades “mecânicas” e transgressoras de sintaxe (construções que agredem a sintaxe), morfologia (substituições e abreviações que transgridem a norma morfológica), fonética (fábricas sonoras significativas, como alertas, recortes de vozes famosas, despertadores, imitações, etc.) e visual (imagens congeladas, animadas, caóticas ou nítidas, etc.). A linguagem oral tem finalidade de ser oralizada ou transcrita, ancora-se num enunciador universal ético de sensatez; e a linguagem manual tem finalidade de ser digitada, e ancora-se em um enunciador flutuante não-ético (de linearidade/deslinearidade gramatical), que instiga a atualização da noção de língua e de leitura, e faz repensar o processo didático de línguas. E esse trabalho não é uma proposta persuasiva, senão uma exposição de um funcionamento indesviável, quer se aceite ou não. Por ele se ressignifica o primado dos estudos e ensino sobre línguas ancorados em convenções de normas.

Um trabalho linguístico com esses interesses não só provoca revisões nos estudos semânticos e enunciativos, como também incita revisões educacionais nos estudos tradicionais de línguas, gramaticais, lexicográficos, dicionarísticos e didático-escolares, principalmente, por atentar-se para um objeto subestimado na oficialidade, embora angular na funcionalidade: a linguagem manual.

## Referências bibliográficas

- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães et al. Campinas: Pontes, 2006.
- DEMO, P. *O educador e a prática de pesquisa*. Ribeirão Preto: Alfabeta, 2010.
- DIAS, C. P. *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV*. Tese de Doutorado, 176p. Defendida em 13 de setembro de 2004. IEL/UNICAMP – Campinas.
- GADET, F., PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- LÉVY, P. *O que é virtual?* Tradução: Paulo Neves. São Paulo: 34, 1996.
- MACHADO, J. C. *Um estudo designativo em fronteiras enunciativas: a corrupção pelo prisma da Semântica Histórica da Enunciação*. Dissertação de Mestrado, 219 p. Defendida em 27 de setembro de 2010. PPGL/UFSCar – São Carlos.
- \_\_\_\_\_ e SANTOS, J. R. O emo por uma perspectiva discursiva e enunciativa: enunciado, identidade e sujeito. In: MIOTELLO, V. (org.) *Pensares bakhtinianos: escritos impertinentes*. São Carlos: Pedro e João editores, 2010, p. 125-140.
- ORLANDI, E.P. *Ética e Política Linguística*. Campinas: Pontes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- PÉROLAS MSN. Disponível em: <<http://perolasdomsn.wordpress.com>>. Acesso em: 30 nov. 2010.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. Tradução de Ângela L. Lopes. São Paulo: 34, 1996.
- YAGUELLO, M. *Alice no país da linguagem*. Tradução: Maria J. Figueiredo. Lisboa: Estampa, 1997.